

A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA SOLUÇÃO NO CASO “SIEGFRIED ELLWANGER” JULGADO PELO STF

A COLLISION BETWEEN FUNDAMENTAL RIGHTS AND ITS SOLUTION IN THE CASE “SIEGFRIED ELLWANGER” JUDGED BY THE SUPREME FEDERAL COURT (STF)

Karoline Lins Câmara Marinho*

RESUMO: Com a Constituição de 1988, passou a existir intensa preocupação com a efetivação dos direitos fundamentais. Assim, mister se faz delimitar o alcance do nosso estudo na análise da ponderação de bens quando da colisão de direitos fundamentais, mormente o da dignidade da pessoa humana e o da liberdade de expressão sob a ótica e percepção do Supremo Tribunal Federal(STF). Para ilustrar a pesquisa realizada, será utilizado o caso de grande repercussão pública, julgado pelo STF: o *Habeas Corpus* impetrado por Siegfried Ellwanger, escritor gaúcho que se insurgiu contra condenação pela prática do crime de racismo contra a comunidade judaica.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Colisão. Dignidade da Pessoa Humana. Liberdade de Expressão. Caso Siegfried Ellwanger.

ABSTRACT: With the Constitution of 1988, the existence of an intense concern with the accomplishment of the basic rights began. Thus, it's necessary to set the reach of our study in the analysis of the balance of principles in occasion of the collision of basic rights, mainly of the dignity of the human being and of the liberty of speech under the optics and the perception of the Supreme Court (STF). To illustrate the research carried, a case of great public repercussion will be used, judged by the Supreme Court (STF): the Habeas Corpus petitioned by Siegfried Ellwanger, writer from Rio Grande do Sul - Brazil who argued against conviction for the practice of the crime of racism against the Jewish community.

Keywords: Basic Rights. Collision. Dignity of the Human Being. Liberty of Speech. Siegfried Ellwanger's Case.

* Mestranda em Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Advogada. Natal – Rio Grande do Norte – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição de 1988, passou a existir uma intensa preocupação com a efetivação dos direitos fundamentais, no sentido de que fossem respeitados os ditames constitucionais de aplicabilidade de “imediate das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais”.

Assim, o tema aqui estudado se reveste de estrita relevância, em face de que, por vezes, a colisão de direitos fundamentais explícitos em nossa Constituição leva às mais profundas discussões no que concerne à determinação de qual princípio deve prevalecer em face de um dado concreto.

Os direitos fundamentais, como se verá ao longo de nosso trabalho, são construções normativas constitucionais fundamentadas, em última análise, no princípio da dignidade da pessoa humana, possuindo, portanto, sua efetivação assegurada pelo Estado, que tem o condão de executar as devidas medidas para que o cidadão não sofra limitações ilegítimas no usufruto de tais direitos.

Em verdade, classificando os direitos fundamentais como cláusulas pétreas, a Constituição Cidadã de 1988 vedou a abolição dos direitos fundamentais, silenciando, entretanto, quanto à sua limitação ou restrição, o que implica dizer que podem existir restrições legítimas.

De toda sorte, por via interpretativa, no exercício jurisdicional, ou por via legislativa pode ser determinada a abrangência dos direitos fundamentais, podendo haver a sua, porém, com todo o cuidado, para que o seu conteúdo não seja esvaziado.

O que se pretende estudar no presente trabalho é uma das formas em que se evidencia a limitação ao exercício dos direitos fundamentais, qual seja, quando ocorre o choque entre estes de mesma hierarquia, sendo-se necessário averiguar, no caso concreto, ponderando-se bens e interesses ínsitos ao espírito da Carta Constitucional de 88, qual o direito que deve prevalecer em dado caso.

Nessa esteira, este trabalho de pesquisa, longe de esgotar o tema, dada sua demasiada amplitude, propõe-se a fornecer embasamento teórico, como também oferecer técnicas de soluções de colisão entre direitos fundamentais.

Para ilustrar a pesquisa realizada, nos utilizaremos do caso de grande re-

percução pública, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, o *Habeas Corpus* nº 82.424-2, impetrado por Siegfried Ellwanger, originário do Rio Grande do Sul, de relatoria do Ministro Moreira Alves, em que o escritor gaúcho impetrou *habeas corpus* contra condenação pela prática do crime de racismo contra a comunidade judaica, inclusive operando-lhe a imprescritibilidade.

Destarte, faz parte dos objetivos deste trabalho a análise do conflito entre os princípios da dignidade da pessoa humana e a liberdade de expressão, sob a ótica e percepção do Supremo Tribunal Federal, a partir daqui referido como STF, dado que são os direitos fundamentais em conflito no caso ora em lume.

A escolha por tal caso se deu em razão da sua relevância nacional na época em que foi decidido e pela sua importância, de modo geral, para toda a sociedade, haja vista que os princípios em voga são basilares do Estado Democrático de Direito e da própria vida em sociedade.

Nesta decisão, é importante frisar que todos os ministros da Colenda Corte se manifestaram, no sentido de estudar a fundo os institutos mencionados, bem como fundamentar-lhe o entendimento pela prevalência de um ou outro princípio constitucional.

Em seu voto, o Ministro Marco Aurélio afirma ser a questão “uma das mais importantes - se não a mais importante - apreciada por este colegiado nos treze anos” em que ele fez parte deste. Foi um caso amplamente discutido na mídia, de forma que a opinião pública esteve presente em todos os momentos de tomada de decisão, tendo considerado o caso um marco na jurisprudência dos direitos humanos.

O Ministro Marco Aurélio também diz que este acórdão se torna jurisprudência simbólica por deixar sobressair a defesa do pensamento antinazista, quando o que está realmente em jogo é a liberdade de expressão do pensamento.

Para que se possa dar sentido à análise, mister se faz uma explicação, ainda que breve, acerca dos aspectos referentes ao caso estudado.

De antemão, cumpre ressaltar que será feita uma parte geral, que servirá de alicerce para que possamos discutir a colisão de direitos fundamentais na decisão aqui estudada. Primeiro, tratar-se-á da teoria dos direitos fundamentais, passando pela importância dos princípios no direito

brasileiro, de modo a explicitar as formas de limitação e colisão de direitos fundamentais e a solução a ser observada, caso esta última venha a ocorrer, para então chegarmos ao Acórdão proferido pelo STF, que, diga-se de passagem, foi expresso em 488 laudas, o que demonstra a importância do tema, e representando um marco na jurisprudência pátria.

Desta feita, destaque-se que Siegfried Ellwanger é escritor e dono de uma editora de nome “Revisão”, que se destina a publicar livros de revisão histórica. Ellwanger se dedica à publicação e divulgação de livros que exploram uma outra visão dos fatos ocorridos na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, chegando a negar, nessas obras, que os judeus tenham sofrido o Holocausto.

Acusado de racismo contra o povo judeu, por difundir obras de conteúdo anti-semita, Ellwanger foi julgado pela Justiça de Porto Alegre, em 1996, e condenado a dois anos de reclusão, com sursis — suspensão condicional da pena, com prestação de serviços comunitários por quatro anos.

Tendo apelado para o Superior Tribunal de Justiça, foi derrotado em 2001. No STF alegou que discriminação e anti-semitismo não são crimes raciais, pretendendo descaracterizar o delito como imprescritível e inafiançável. Teve o *habeas corpus* denegado por três votos a favor da concessão, contra oito, que não a concederam.

Um ponto que se mostra interessante neste caso é que, em diversas passagens da decisão, vêem-se os ministros discutindo sobre o que são raças, o que é o racismo, o que seria uma atitude racista, etc. A maior parte deles toca neste ponto em algum momento de sua decisão; contudo, isso não é o que está em jogo nesta decisão, uma vez que o ponto referente à esta se atém ao embate entre princípios constitucionais de maior importância.

2 TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A priori, cumpre destacar que é indubitável a contribuição do jus-naturalismo clássico para a formação dos direitos fundamentais hoje reconhecidos pela ordem positiva, haja vista que muitos deles eram direitos há muito considerados direitos naturais pelos jusfilósofos. Sendo assim, o direito natural, que concebia que o ser humano, pelo fato de sua existência,

era titular de direitos universais, imutáveis e inalienáveis, pode ser considerado a pré-história dos direitos fundamentais.

Nos tempos hodiernos, podem ser considerados direitos fundamentais os direitos subjetivos que correspondem universalmente a todos os seres humanos, entendido por direito subjetivo qualquer expectativa positiva ou negativa adstrita a um sujeito, por uma norma jurídica, inserido no ordenamento positivo constitucional.

De outra banda, é assim que os direitos humanos se relacionam com o direito internacional, independentemente do vínculo do indivíduo com qualquer ordem jurídico-positiva, uma vez que aqueles aspiram à validade universal, de caráter supranacional. Por sua vez, os direitos fundamentais são os direitos do ser humano reconhecidos pelo Estado, que os insere na Constituição, e que se manifestam como “direitos positivos de matriz constitucional”¹

Por vezes, os termos direitos fundamentais, direitos humanos e direitos do homem são confundidos pela doutrina, que os utiliza para um mesmo significado. Não obstante as semelhanças, há uma distinção para a qual devemos atentar, que é a da positivação em nível constitucional dos direitos epigrafados.

Todavia, não há dúvida que a evolução dos direitos fundamentais acompanha a afirmação histórica dos direitos humanos, pois que aqueles representam a constitucionalização dos direitos humanos que gozaram de alto grau de justificação ao longo da história dos discursos morais, e que são, por isso, reconhecidos como condições para a construção e o exercício dos demais direitos.

Enquanto institutos de direito constitucional positivo, os direitos fundamentais possuem dois sentidos, a saber, o formal e o material, conforme assentes na Constituição, em sentido formal, ou na Constituição, em sentido material²

Podemos dizer, ainda, que há os sentidos objetivo e subjetivo dos direitos fundamentais e, nesse contexto, tomados a partir de um critério objetivo, os direitos fundamentais podem ser pensados como uma estrutu-

1 SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 4 ed. rev., atual. e ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 34.

2 MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 3.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. p.8. t.4.

ra produtora de efeitos jurídicos, reforçando a imperatividade dos direitos individuais. Por outro ângulo, a faceta subjetiva dos direitos fundamentais revela as faculdades, a proteção e as garantias institucionais de defesa.

2.1 AS DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Segundo a melhor doutrina constitucional pós-positivista, os direitos fundamentais podem ser divididos em gerações, que correspondem aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade consagrados na Revolução Francesa. De tal forma, cada geração de direitos fundamentais estudada se enquadra na amplitude que é dada a cada um dos direitos pelos quais se lutou naquela revolução.

Ab initio, é de bom alvitre destacar a imprecisão da terminologia geração, eis que a noção transmitida é a de que cada geração vem substituir outra, que se revela defasada. Por isso, a doutrina vem adotando a expressão dimensão, que “substitui com vantagem lógica e qualitativa o termo ‘geração’, caso este último venha a induzir apenas sucessão cronológica”³ haja vista denotar coexistência, é dizer, cada nova dimensão dos direitos fundamentais harmoniza-se com a já existente, sem obstá-la, em um processo qualitativamente cumulativo, aberto e mutável.

Por sua vez, ressalte-se que a correlação entre os ideais da Revolução Francesa e as dimensões dos direitos fundamentais não é de todo adequada por não fazer referência ao direito à vida nem ao princípio da dignidade da pessoa humana ⁴. Outrossim, desconsidera, para parte da doutrina, a existência dos recentes direitos fundamentais de quarta dimensão.

Assim, pode-se afirmar que cada dimensão dos direitos fundamentais traduz o resultado de reivindicações concretas decorridas por situações de violação ou ameaça a bens elementares do ser humano, em um dado momento histórico. A teoria dimensional dos direitos fundamentais não indica apenas o caráter cumulativo do processo evolutivo e a natureza complementar de todos os direitos fundamentais, mas “afirma sua unidade e indivisibilidade no contexto do direito constitucional interno e, de modo especial, no âmbito do moderno direito internacional dos direitos huma-

3 BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 571-2.

4 SARLET, 2004, p. 63.

nos”⁵

Pode-se afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão encontram suas raízes na doutrina iluminista e jusnaturalista, cuja finalidade precípua consiste na realização da liberdade do indivíduo. Foram tais os que inauguraram o movimento de constitucionalização dos direitos já aludidos atrás. Sua afirmação histórica é produto do pensamento liberal-burguês, de cunho individualista, e traz em seu bojo os direitos civis e políticos, tais como o direito à vida, à nacionalidade etc., constituindo a dimensão mais expressiva e consolidada em nível mundial.

No que lhe concerne à titularidade, pertence esta ao indivíduo considerado em si mesmo, sendo tais liberdades oponíveis ao Estado, correspondendo a uma prestação negativa do Poder Público, ou seja, em que este evite imiscuir-se na esfera da vida privada.

Por sua vez, o que distingue os direitos de segunda dimensão dos direitos de primeira dimensão é a sua dimensão positiva, uma vez que se cuida não mais de evitar a intervenção do Estado na esfera da liberdade individual, mas, sim, de propiciar um “direito de participar do bem-estar social”.⁶ O seu reconhecimento decorre do constitucionalismo antiliberal do Estado Social concebido no século XX.

Em virtude de sua natureza positiva, os direitos de segunda dimensão receberam, por certo tempo, tratamento de normas programáticas, até a formulação do preceito da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais (art. 5º, § 1º, CF/88). Assim, essa dimensão de direitos fundamentais abrange os direitos sociais, econômicos, culturais e as chamadas liberdades sociais, tendo estrita conexão com os princípios de igualdade e justiça social.

Destaquem-se, ainda, os direitos de terceira dimensão, os quais, também denominados direitos de fraternidade ou de solidariedade, desprendem a figura do indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção da coletividade. Embora ainda não plenamente reconhecida em sua eficácia, esta dimensão dos direitos fundamentais representa os direitos difusos e coletivos, pertencendo-lhe a titularidade a toda a coletividade, tais como direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à auto-determinação dos povos.

5 SARLET, Op. Cit. p. 54.

6 Idem, p. 55.

Essa terceira dimensão de direitos fundamentais surgiu da compreensão de que a qualidade de vida e a solidariedade entre os seres humanos, independentemente de etnia, são tão importantes quanto a liberdade e a igualdade.

Inexiste, ao contrário do que ocorre com os direitos de primeira e segunda dimensões, uma homogeneidade na postura do Estado, de modo a garantir a efetividade dos direitos. É dizer, em determinados casos, como o direito à paz, redunda em uma prestação negativa, ao passo que o direito ao desenvolvimento exige uma conduta positiva.

Os direitos fundamentais de terceira dimensão são extremamente heterogêneos e complexos, e a proteção, muitas vezes, revela-se ineficaz quando realizada somente no plano nacional, pelo que exige também uma garantia internacional.

Por fim, podemos dizer que existe, hodiernamente, uma tendência mundial em se reconhecer a existência de direitos fundamentais de quarta dimensão, que representam os direitos à democracia, à informação e ao pluralismo. Tal dimensão de direitos decorre da globalização política na esfera da normatividade jurídica, correspondendo à fase última de institucionalização do Estado social⁷.

Apesar da insistência de alguns autores, como Paulo Bonavides, no direito brasileiro, em sustentarem o reconhecimento desta quarta dimensão de direitos fundamentais, estes direitos não estão nem perto da institucionalização, seja em âmbito nacional, seja em âmbito internacional.

Cumprе ressaltar que, no que pertine ao reconhecimento de novos direitos fundamentais, há o perigo de banalização do conceito da fundamentalidade, colocando em risco seu prestígio jurídico. O professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho⁸ critica esta multiplicação dos direitos fundamentais, referindo-se a uma “inflação de direitos”, que acaba por vulgarizá-los e desvalorizá-los. Desta forma, devem ser adotados critérios rígidos para o reconhecimento de novos direitos fundamentais, no intuito de preservar a relevância valorativa da fundamentalidade da qual se revestem tais direitos.

7 BONAVIDES, 2003, p. 571.

8 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 67-68.

3 INTERPRETAÇÃO E REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

É possível identificar, nos direitos fundamentais, elementos comuns quanto aos princípios, características, métodos interpretativos, embora não sejam de um todo homogêneos, para que se possa estabelecer um regime jurídico geral. Conforme o mestre J.J. CANOTILHO, o regime dos direitos fundamentais sustenta-se em três princípios, quais sejam, princípio da universalidade, princípio da igualdade e princípio de acesso ao direito e da garantia da tutela jurisdicional efetiva.⁹

Primeiramente, pode-se entender por princípio da universalidade: que a titularidade dos direitos fundamentais está pulverizada por todos os sujeitos de direito, tenham eles ou não nacionalidade brasileira.

À primeira vista, tal princípio guarda certa semelhança com o princípio da isonomia; contudo, adota um critério meramente quantitativo, em outras palavras, estabelece quem são os destinatários da norma de direito fundamental, ao passo que a igualdade pressupõe critério qualitativo, impondo que a incidência da norma se dê da mesma forma em relação a todos os seus destinatários.

Estando ambos consubstanciados no mesmo preceito, ou seja, no art. 5º, *caput* da nossa Constituição, podemos dizer que os dois princípios não são distintos, com precisão pela Lei Maior. Pelo dispositivo citado, estão suscetíveis às normas de direitos fundamentais todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Figura, assim, semelhante ao princípio da universalidade e ao lado do princípio da igualdade ou isonomia, que deve ser levado em consideração não só no momento da criação do direito, mas também de sua aplicação.

Tal princípio, destarte, parte do conceito filosófico de que todos os homens são iguais, cabendo ao direito respeitar e viabilizar essa igualdade pelas normas jurídicas e dos mecanismos de garantia. A igualdade surge indissociável da própria liberdade individual, haja vista ser um pressuposto para a “uniformização do regime das liberdades individuais a favor de todos os sujeitos de um ordenamento jurídico”.¹⁰

9 CANOTILHO J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3 ed. reimp. Coimbra: Almedina, 1998. p. 415-434.

10 CANOTILHO, Op. Cit. p. 426.

No direito pátrio, a Constituição Federal de 1988 consagra, em seu art. 5º, *caput*, tal princípio, estatuinto que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Desta forma, a igualdade ou isonomia não tem natureza somente de direito fundamental, mas também de princípio informador do próprio regime geral dos direitos fundamentais, devendo sempre ser considerado em todas as fases de concretização do direito.

Para finalizar a tríade que alicerça axiologicamente o regime geral dos direitos fundamentais, tratemos da garantia da tutela jurisdicional efetiva, o que equivale dizer a proteção institucionalizada aos direitos fundamentais, assegurando o acesso ao direito e aos tribunais (jurisdição constitucional das liberdades). Assim, tal princípio visa não apenas a garantir o acesso aos tribunais, mas também, e principalmente, possibilitar aos cidadãos a defesa de direitos e interesses legalmente protegidos através de um *acto de jurisdictio*.¹¹

Isso se dá em razão de que de nada adiantaria a simples existência de direitos fundamentais se não houvesse organização estatal que, através de seus órgãos jurisdicionais, assegurasse a ampla proteção aos cidadãos, garantindo a efetividade dos direitos, pelo que é de bom alvitre destacar que é, através da jurisdição constitucional das liberdades, que o Poder Público exerce a atribuição de fazer valer os direitos fundamentais, assegurando a prevalência de sua integridade diante de lesão ou ameaça de lesão.

Nesse desiderato, podemos destacar os remédios constitucionais mencionados e dispostos no art. 5º de nossa Constituição de 1988, que merecem ser aqui citados, como o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o mandado de injunção, o *habeas data*, a ação popular, a ação civil pública e a arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF.

Ainda assim, ressalte-se, no que tange à proteção dos direitos fundamentais quanto à criação do direito, o art. 60, §4º, IV, CF/88, aduz que estes são protegidos do poder reformador através da elevação de seu *status* a cláusulas pétreas, constituindo parte do núcleo imodificável da Constituição.

No que concerne à interpretação das normas referentes aos direi-

11 Idem, p. 433.

tos fundamentais, dada sua acentuada relevância no contexto do Estado social, estas apresentam interpretação diferente em relação a toda sorte de normas jurídicas.

No entender de Paulo Bonavides, surge, para a interpretação dessas normas, a necessidade de uma operação valorativa, fática e material, que se executa mediante uma nova técnica interpretativa e concretizadora em que, fugindo do esquema formal e subsuntivo sugerido pelo positivismo, o intérprete se volve diretamente na compreensão do conteúdo da norma que se vai concretizar. Esse ato de compreensão encontra-se indissociavelmente vinculando tanto à “pré-compreensão” do intérprete como ao problema concreto que se vai resolver.¹²

Sendo assim, uma interpretação constitucional de direitos fundamentais que se atenha fundamentalmente às regras tradicionais desvirtua o fim da interpretação, desconsiderando “a íntima estrutura e as condicionalidades do processo interpretativo, o que equivale a postergar a tarefa de uma interpretação correta”.¹³

A interpretação dos direitos fundamentais, não é demais destacar, está atrelada à concepção de Estado, de cidadania e democracia, restando impossível exercer a atividade interpretativa empregando unicamente os recursos utilizados na análise das demais regras.

Nessa sorte de idéias, as regras de direitos fundamentais devem ser interpretadas à luz de método peculiar, proveniente da nova hermenêutica, denominado concretizador ou concretista, e que impõe que o sentido da norma só possa ser extraído, em sua completude, da situação subjetiva, vedada a interpretação restritiva, e levando em consideração, sobretudo, o caráter histórico dos direitos fundamentais.

E para Luis Roberto Barroso, por fim, a nova interpretação constitucional assenta em um modelo de princípios aplicáveis mediante ponderação, cabendo ao intérprete realizar escolhas fundamentadas dentro das possibilidades e limites oferecidos pelo sistema jurídico, visando à justa solução do caso concreto.¹⁴

12 BONAVIDES, Op. Cit. p. 604.

13 HESSE (apud BONAVIDES, 2003, p. 605).

14 BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 376.

3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS ABSOLUTOS VS. DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS

A Teoria absoluta entende que os direitos fundamentais têm delimitação abstrata, não podendo, pois, suas fronteiras ser ultrapassadas, nem mesmo para garantia de direitos fundamentais de mesma importância e hierarquia. Vê-se a aplicação de cada direito de forma isolada, em que a solução seria sempre conjugar direitos fundamentais, sem pretender considerá-los de forma isolada.

Em verdade, direitos fundamentais são espécie de seu próprio gênero, não concebendo a esta teoria a possibilidade de abrir mão de um determinado direito elencado e fundamental, para proteção de outro de mesma espécie. Se pensássemos de forma contrária, o gênero “Direitos Fundamentais” estaria sempre perdendo diante da colisão de suas próprias espécies.

Já a Teoria relativa defende que a idéia central de direitos fundamentais só pode ser protegida no caso concreto, o que, na visão de Alexy¹⁵, retoma a teoria do Princípio da Proporcionalidade.

Através do Estado-juiz, no caso concreto, com elementos fáticos, poder-se-ia analisar qual direito deve prevalecer e qual deve ser sacrificado. Não há uma opção estanque, sólida, inerte; há, sim, uma ponderação de interesses, que não se presta a extinguir determinado direito fundamental, mas apenas dar-lhe menor aceção diante de uma situação que clama por uma ponderação que faça fluir um direito que se apresente mais relevante no caso concreto.

A teoria relativa demonstra mais aptidão ao que se pretende entender como núcleo essencial dos direitos fundamentais, na medida em que a situação fática demonstrará qual direito fundamental deverá ser mais valorado, neste ou naquele caso.

4 A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

A colisão entre direitos fundamentais, de maneira geral, ocorre quando o exercício de um direito fundamental, por parte do seu titular, colide

15 ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

com o exercício do direito fundamental, por parte de outro titular.¹⁶

Tendo em vista a distinção entre regras e princípios, e entendendo ambos como espécies do gênero norma jurídica¹⁷, é certo que a colisão entre regras é solucionada no plano de validade da norma, em conformidade com os critérios cronológico, hierárquico e da especialidade. A aplicação das regras decorre da simples subsunção.

De outra banda, a colisão de princípios se dá em plano axiológico, não podendo, pois, haver preponderância de um sobre o outro, mas sim a ponderação dos interesses jurídicos em conflito, no intuito de harmonizá-los para, então, alcançar solução, sendo garantida a menor constrição possível.

Assim, para que se concretize a colisão entre direitos fundamentais, deve-se partir das premissas de que tais direitos permitem ao indivíduo formular pretensões negativas ou positivas perante o Estado, e a possibilidade de limitação.

Os direitos fundamentais, assim, não são ilimitados, pois pode haver a hipótese de limitação legítima, em virtude da elaboração, fulcrada em exigência constitucional, de norma restritiva de direito fundamental ou em função da colisão de dois ou mais direitos fundamentais que colidem entre si (colisão *stricto sensu*), ou com outro princípio constitucional (colisão *lato sensu*).

É certo que todos os direitos fundamentais, ao menos em nossa ordem constitucional pátria, decorrem do princípio da dignidade da pessoa humana; contudo, o escalonamento hierárquico dos direitos fundamentais é incompatível com sua natureza e com sua função no Estado Democrático de Direito.

Outrossim, é óbvio que, no sistema brasileiro de Constituição rígida, há hierarquia entre algumas normas constitucionais, evidenciadas pela proteção de alguns dispositivos sob a forma de cláusulas pétreas. No entanto, essa hierarquização não pode ser aplicada aos direitos fundamentais, visto que gozam de proteção, em igual medida, no bojo da Constituição.

Destarte, admitir a possibilidade de um ou mais direitos fundamentais ser superior aos demais é impor uma espécie de tirania de valor, esvaziando o conteúdo dos direitos fundamentais, observados diante da colisão entre si.

¹⁶ CANOTILHO, Op. Cit, p. 1255.

¹⁷ Para Alexy (1997, p. 86), os “princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível, dentro das possibilidades jurídicas e reais existentes. Por isso, são mandados de otimização, caracterizados pelo fato de que podem ser cumpridos em diferentes graus e que a medida devida de seu cumprimento não só depende das possibilidades reais, mas também das jurídicas. O âmbito juridicamente possível é determinado pelos princípios e regras opostas.”

Seguindo a orientação das cortes constitucionais italiana, alemã, portuguesa, francesa, espanhola e norte-americana, o STF posicionou-se no sentido de impossibilidade de escalonamento dos direitos fundamentais, de sorte que todos gozam da mesma proteção constitucional.

A concepção de que os direitos fundamentais estão todos no mesmo patamar constitucional, conduz ao desenvolvimento de uma lógica flexível, ou seja, de balanceamento dos valores envolvidos na situação concreta, a partir de um juízo de razoabilidade, no sentido de extrair o conteúdo dos direitos fundamentais conflitantes, para harmonizá-los, nem que, pelas circunstâncias apresentadas, um prepondere sobre os demais.

4.1 A SOLUÇÃO POR MEIO DA PONDERAÇÃO

Estando caracterizada a colisão entre direitos fundamentais, cabe ao intérprete, através da razoabilidade, ponderar os interesses, os bens jurídicos tutelados, a fim de fornecer a melhor solução.

Enquanto técnica de interpretação e solução, a ponderação de interesses ou bens “atribui especial relevância às dimensões fáticas do problema”, pressupondo uma coordenação e conjugação dos bens jurídicos conflitantes ou concorrentes, de forma a harmonizá-los nas circunstâncias da situação material, com o fim de evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.¹⁸

Para Dworkin, os casos difíceis, ou seja, os casos em que normas e/ou princípios colidem, são passíveis de uma única solução correta, cabendo ao juiz, intérprete do sistema integral de Direito, sopesar quais os princípios que prevalecerão no caso concreto, devendo-se assentar que a atividade do juiz não é discricionária, mas deve valer-se da melhor justificativa possível, de forma a se coadunar com a cultura principiológica de dada sociedade, em ordem a evitar decisões eminentemente políticas.

Nesse sentido, os juízes não decidem casos difíceis de forma discricionária, pois, apesar da regra muitas vezes não conter todos os elementos para a tomada de decisão, o direito oferece outros critérios que também compelem o magistrado. Não há uma liberdade total, em que o magistrado

18 SARMENTO, Daniel. Apud Ricardo Lobo Torres. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 55.

decide a partir de valores externos ao direito, que, na maioria das vezes, são os seus próprios, mas uma esfera carregada de princípios (que pertencem ao sistema jurídico) que limitam e impõem um determinado sentido às decisões judiciais. É dentro dessa esfera que se deve decidir.

Da mesma forma, ao aplicar normas de textura aberta, os juizes estarão obrigados por princípios que integram o direito. Por mais difícil que seja a tarefa intelectual do magistrado, para encontrar e balancear os princípios que são relevantes à solução do caso, é-lhe obrigação fazê-lo. Princípios direcionam a decisão para um sentido, embora de forma não conclusiva, e sobrevivem mesmo que não prevaleçam.

O juiz deve decidir conforme a direção indicada pelo princípio ao qual ele se veja obrigado, da mesma forma que se vê obrigado a aplicar uma regra. Ele pode, é claro, estar errado na escolha dos princípios, mas também pode estar errado no seu julgamento sobre a regra que deve ser aplicada. A mera possibilidade de erro não significa a existência de uma esfera de discricionariedade. A obrigação de decidir conforme a lei, e na penumbra, consoante os princípios morais que integram o direito, afasta a idéia criada pelos realistas de que o direito é aquilo que os juizes determinam.

Para Ronald Dworkin, mesmo quando nenhuma regra estabelecida regula o caso, uma das partes tem mesmo assim o direito de vencer. Permanece a obrigação do juiz, mesmo em casos difíceis, de descobrir quais são os direitos das partes, e não inventar novos direitos, retroativamente.

Há, assim, a necessidade de se buscar uma resposta correta, que se encontra dentro do direito. A questão é se essa confiança de Dworkin na existência de uma resposta correta se justifica; e, caso ela exista, se há algum caminho para alcançá-la. E mais, se são os juizes os mais habilitados a cumprir essa tarefa.

Desta forma, a técnica da ponderação, realizada com base na razoabilidade, é a mais adequada para dirimir conflitos entre direitos fundamentais. Somente a ponderação entre os valores em questão pode resultar na escolha da melhor medida. O professor Barroso conclui, assim, que “a ponderação consiste, portanto, em uma técnica de decisão jurídica aplicável a casos difíceis, em relação aos quais a subsunção se mostrou insuficiente, especialmente quando uma situação concreta dá ensejo à aplicação de

normas de mesma hierarquia que indicam soluções diferenciadas. A estrutura interna do raciocínio ponderativo ainda não é bem conhecida, embora esteja sempre associada às noções difusas de balanceamento e sopesamento de interesses, bens, valores ou normas. A importância que o tema ganhou no dia a dia da atividade jurisdicional, entretanto, tem levado a doutrina a estudá-lo mais cuidadosamente.”¹⁹

Por sua vez, Robert Alexy formula sua teoria para a solução dos casos difíceis. Assim, quando houver a chamada antinomia de regras, uma delas, necessariamente, deixará o ordenamento jurídico, enquanto que, quando houver um choque entre dois princípios, necessário será fazer-se uma ponderação, a fim de se constatar qual princípio, no caso, sobressairá.

Nesses termos, “o conflito de princípios, diferentemente das regras, ocorre no plano do peso e não da validade. Os princípios, em nível abstrato, são válidos e hierarquicamente iguais. A colisão de princípios somente ocorre nos casos concretos, quando um princípio limita a possibilidade jurídica de outro. Ocorrendo colisão, utiliza-se a ponderação.

A ponderação é composta por três máximas parciais: a adequação, a necessidade (postulado do meio mais benigno) e a proporcionalidade em sentido estrito (que é o postulado da ponderação em sentido estrito). As máximas da adequação e da necessidade consideram as possibilidades fáticas do caso concreto, e a máxima da proporcionalidade, em sentido estrito, considera as possibilidades jurídicas.

É importante destacar que as três máximas de ponderação são sempre aplicadas na ponderação, pois elas são como regras. A ponderação atribui a cada princípio um peso. É possível atribuir-se peso aos princípios, pois estes são exigências de otimização, diferentemente das regras que têm caráter definitivo. Assim, um princípio pode ter diferentes graus de concretização, o que depende das circunstâncias específicas do caso específico a ser resolvido (possibilidades fáticas) e dos demais princípios (possibilidades jurídicas).

O grau de realização de um princípio num determinado caso depende do peso que lhe é atribuído em face dos demais pesos dos outros princípios. O princípio com maior peso é o que prepondera no caso específico, instituindo uma relação de preferência e eliminando a colisão. Assim, a solução de co-

19 BARROSO, 2003, p. 345-346.

lisão implica o estabelecimento de uma relação de precedência condicionada entre os princípios. O resultado da ponderação é a lei de colisão.”²⁰

E conclui:

A lei de colisão é uma regra que expressa a consequência jurídica do princípio precedente. Portanto, toda ponderação jusfundamentalmente correta resulta na formulação de uma lei de colisão, que é uma norma de direito fundamental adscrita com caráter de regra em que o caso concreto pode ser subsumido. Portanto, uma vez estabelecida uma lei de colisão, esta assume o caráter de uma regra, ou seja, é definitiva perante determinado caso concreto.²¹

Enfim, diante das posições de Dworkin e Alexy, podemos dizer que o método da ponderação de bens apresenta-se bastante eficiente na solução do caso concreto, e, no dizer de Daniel Sarmento²², deve reverenciar ao princípio da proporcionalidade em sua tríplice dimensão.

Desta sorte, a compreensão de cada interesse em jogo, num caso de conflito entre princípios constitucionais, só se justificará na medida em que: (a) mostrar-se apta a garantir a melhor sobrevivência do interesse contraposto, (b) não houver solução menos gravosa, e (c) o benefício logrado com a restrição a um interesse compensar o grau de sacrifício imposto ao interesse antagônico.²³

5 A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CASO “SIEGFRIED ELLWANGER”

Tecidas as considerações gerais acerca da colisão de direitos fundamentais, tomemos, agora, o *Habeas Corpus* 82.424-2, que retrata o caso “Siegfried Ellwanger”, para estudarmos, na prática, como ocorre o fenômeno da colisão de direitos e o modo de solucioná-la, sendo importante frisar que a solução foi dada ao caso pelo STF, em setembro de 2003, e serviu para formar um novo paradigma no que diz respeito à interpretação constitucional.

20 ALEXY, 1997, p. 95.

21 Idem, p. 95.

22 SARMENTO, Op. Cit., p. 60.

23 ANDRADE, José Carlos Vieira de. apud SARMENTO, Op. Cit., p. 60.

Conforme já se explicitou nas considerações introdutórias, a escolha de tal caso se deu em virtude de sua relevância no cenário jurídico nacional, à época, e para servir de parâmetro à aplicação do estudo aqui realizado do choque de direitos fundamentais.

A decisão a ser estudada, em síntese, trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor do escritor gaúcho Siegfried Ellwanger contra decisão do Superior Tribunal de Justiça, que não reconheceu a prescrição em processo-crime em que o paciente foi condenado por crime de racismo, por escrever livros anti-semitas e pró-nazistas, inclusive deturpando fatos reais, como o holocausto.

De antemão, colacione-se a ementa do julgado, que fora retirado do sítio eletrônico do STF, a qual traz um resumo estruturado dos pontos abordados ao longo do extenso acórdão que, diga-se de passagem, se delineou em 488 laudas:

HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS: ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO. ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM DENEGADA.

1. Escrever, editar, divulgar e comercializar livros “fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias” contra a comunidade judaica (Lei 7716/89, artigo 20, na redação dada pela Lei 8081/90) constitui crime de racismo sujeito às cláusulas de inafiançabilidade e imprescritibilidade (CF, artigo 5º, XLII).
2. Aplicação do princípio da prescritibilidade geral dos crimes: se os judeus não são uma raça, segue-se que contra eles não pode haver discriminação capaz de ensejar a exceção constitucional de imprescritibilidade. Inconsistência da premissa.
3. Raça humana. Subdivisão. Inexistência. Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções entre os homens, seja pela segmentação da pele, formato dos olhos, altura, pelos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais.
4. Raça e racismo. A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera

a discriminação e o preconceito segregacionista.

5. Fundamento do núcleo do pensamento do nacional-socialismo de que os judeus e os arianos formam raças distintas. Os primeiros seriam raça inferior, nefasta e infecta, características suficientes para justificar a segregação e o extermínio: inconciliabilidade com os padrões éticos e morais definidos na Carta Política do Brasil e do mundo contemporâneo, sob os quais se ergue e se harmoniza o estado democrático. Estigmas que por si só evidenciam crime de racismo. Concepção atentatória dos princípios nos quais se ergue e se organiza a sociedade humana, baseada na respeitabilidade e dignidade do ser humano e de sua pacífica convivência no meio social. Condutas e evocações aéticas e imorais que implicam repulsiva ação estatal por se revestirem de densa intolerabilidade, de sorte a afrontar o ordenamento infraconstitucional e constitucional do País.

6. Adesão do Brasil a tratados e acordos multilaterais, que energeticamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro, de que são exemplos a xenofobia, “negrofobia”, “islamafobia” e o anti-semitismo.

7. A Constituição Federal de 1988 impôs aos agentes de delitos dessa natureza, pela gravidade e repulsividade da ofensa, a cláusula de imprescritibilidade, para que fique, *ad perpetuam rei memoriam*, verberado o repúdio e a abjeção da sociedade nacional à sua prática.

8. Racismo. Abrangência. Compatibilização dos conceitos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos ou biológicos, de modo a construir a definição jurídico-constitucional do termo. Interpretação teleológica e sistêmica da Constituição Federal, conjugando fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram sua formação e aplicação, a fim de obter-se o real sentido e alcance da norma.

9. Direito comparado. A exemplo do Brasil as legislações de países organizados sob a égide do estado moderno de direito democrático igualmente adotam em seu ordenamento legal punições para delitos que estimulem e propaguem segregação racial. Manifestações da Suprema Corte Norte-Americana, da Câmara dos Lordes da Inglaterra e da Corte de Apelação da

Califórnia nos Estados Unidos que consagraram entendimento que aplicam sanções àqueles que transgridem as regras de boa convivência social com grupos humanos que simbolizem a prática de racismo.

10. A edição e publicação de obras escritas veiculando idéias anti-semitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao descrímen com acen-tuado conteúdo racista, reforçadas pelas conseqüências histó-ricas dos atos em que se baseiam.

11. Explícita conduta do agente responsável pelo agravo reve-lador de manifesto dolo, baseada na equivocada premissa de que os judeus não só são uma raça, mas, mais do que isso, um segmento racial atávica e geneticamente menor e pernicioso.

12. Discriminação que, no caso, se evidencia como deliberada e dirigida especificamente aos judeus, que configura ato ilícito de prática de racismo, com as conseqüências gravosas que o acompanham.

13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, mani-festações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal.

14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso de-vem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limi-tes definidos na própria Constituição Federal (CF, artigo 5º, § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o “direito à incitação ao racismo”, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica.

15. “Existe um nexo estreito entre a imprescritibilidade, este tempo jurídico que se escoa sem encontrar termo, e a memó-ria, apelo do passado à disposição dos vivos, triunfo da lem-brança sobre o esquecimento”. No estado de direito democrá-tico devem ser intransigentemente respeitados os princípios que garantem a prevalência dos direitos humanos. Jamais po-dem se apagar da memória dos povos que se pretendam justos

os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável. 16. A ausência de prescrição nos crimes de racismo justifica-se como alerta grave para as gerações de hoje e de amanhã, para que se impeça a reinstauração de velhos e ultrapassados conceitos que a consciência jurídica e histórica não mais admitem.

Ordem denegada. (STF. HC 82.424-4. Rel. Min. Moreira Alves. Julgado em Setembro de 2003)

Podemos depreender, da ementa acima transcrita, e considerando o corpo do acórdão, a fundamentação do *habeas corpus* se guiou no sentido de descaracterizar o povo judeu como raça, desaparecendo, aí, a figura da imprescritibilidade, e de que o paciente tem o direito constitucional sagrado de liberdade de pensamento e de opinião.

De início, é de mister conceituar o que vem a ser o crime de racismo previsto constitucionalmente.

A Constituição da República assim dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; [...]

A Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, assim tipificou a conduta do paciente do *habeas corpus* em comento:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos, propaganda que utilizem

a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no *caput* é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza.

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

Diante disso, observe-se que a conduta praticada pelo paciente do *habeas corpus* feriu o preceituado, tanto neste artigo quanto naquele de matriz constitucional, cometendo, desta forma, crime racial.

Pode-se dizer, assim, que o texto constitucional, que proíbe preconceito de *origem*, *cor* e *raça* e condena discriminações com base nesses fatores, consubstancia, antes de tudo, um repúdio à barbárie de tipo nazista que vitima milhares de pessoas e que consagra a condenação do *apartheid*, por parte de um povo mestiço, com razoável contingente de negros.

A Constituição Federal de 1988 é bem mais abrangente do que as anteriores; veda preconceito e discriminação com base na *origem*, *raça* e *cor*. O *racismo* indica teorias e comportamentos destinados a realizar e a justificar a supremacia de uma raça. O preconceito e a discriminação são consequências da teoria. A *cor* só não era elemento bastante, porque de referência à cor negra. Nem raça nem cor abrangem certas formas de discriminações com base na *origem*, como, por exemplo, discriminações de nordestinos e de pessoas de origem social humilde.

De tal modo, ao longo do acórdão proferido, os ministros do STF realizaram um estudo pormenorizado acerca do instituto do racismo, com o fito de deconstituir o conceito original de raça, e enquadrar os “judeus”, atingidos pela conduta lesiva do paciente, nesse conceito. Foram feitas considerações de ordem biológica, histórica, cultural, enfim, tudo no intuito de que o paciente fosse considerado agente da conduta criminosa em desfavor de uma raça, devendo, portanto, ser condenado.

Por este motivo, em razão de todo estudo acerca do enquadramento do povo judeu em “raça”, a argumentação do paciente, Siegfried Ellwanger, no sentido de que a comunidade judaica, não se constituindo uma raça, não estaria coberta pelo manto de proteção constitucional da imprescritibilidade, pelo que cai no vazio.

Afastada tal questão específica, passa-se à análise do choque de princípios ocorrido no caso.

Assim, buscaremos, com base na nova hermenêutica da ponderação, o caminho mais adequado à solução do problema apresentado.

No caso ora em lume, é indubitável a colisão entre dois princípios constitucionais, a dizer, o princípio da dignidade da pessoa humana, já colocado anteriormente no rol dos direitos fundamentais, e o princípio da liberdade de opinião, que passamos a analisar, para dar embasamento conceitual à nossa análise.

5.1 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão consiste na liberdade de o indivíduo adotar a atitude intelectual de sua escolha; quer seja um pensamento íntimo, quer seja a tomada de posição pública; liberdade de pensar e dizer o que se crê verdadeiro.

E para Pinto Ferreira:

[...] o Estado democrático defende o conteúdo essencial da manifestação da liberdade, que é assegurado tanto sob o aspecto positivo, ou seja, proteção da exteriorização da opinião, como sob o aspecto negativo, referente à proibição de censura.

Deste modo, é um direito fundamental, garantido pela Constituição, a liberdade de pensamento e opinião.

Segundos Ministros que decidem pelo deferimento do habeas corpus, pode-se extrair uma grande preocupação com este princípio que, segundo eles, é um dos “grandes baluartes da liberdade”, um dos direitos mais preciosos e ainda imprescindível para a concretização do princípio democrático.

O Ministro Marco Aurélio é o que mais discorre sobre este princípio que é por ele mesmo considerado pilar essencial à eficácia direta do princípio democrático. Para ele a liberdade de expressão seria um mecanismo que tem por finalidade tornar a democracia algo vivo, presente e eficaz. Os Ministros admitem que a liberdade de expressão e de pensamento compreende o direito de discurso, de opinião, de imprensa, o direito à informação e a proibição da censura.

Através da liberdade de expressão é que se torna possível externar as mais diferentes e inusitadas opiniões, de forma aberta, o que viabiliza a construção de uma sociedade plural, livre e com grande diversidade de idéias, pensamentos e opiniões políticas. A liberdade chega a ser considerada proteção à autodeterminação democrática da comunidade política e da preservação da soberania popular.

Porém, como já aferido anteriormente, e considerando a ponderação apregoada por Alexy, tem-se que os princípios Constitucionais não são absolutos, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem colisões, como no caso em estudo realmente ocorreu.

5.2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Já no que tange à dignidade da pessoa humana, podemos citar a posição dos ministros que indeferiram o *Habeas Corpus*, dado que estes lhe deram prevalência a este na ponderação de valores que solucionou tal caso concreto. Os ministros demonstram dar bastante importância a este princípio, por eles referido como dogma fundamental e postulado universal.

Conferindo à dignidade da pessoa humana o status de um dos mais expressivos valores, cujo respeito confere legitimação ético-jurídica à ordem normativa sobre a qual assenta o Estado Democrático de Direito, os Ministros demonstram como esta dignidade deve mostrar-se presente, para que se possa falar em sociedade.

Demonstrado como Direito indisponível e mais que elemento fundamental da República, tal princípio enuncia que é na pessoa humana que se encontra o valor fundante do Estado e da democracia. Através da dignidade é que seria possível uma unidade solidária como o gênero humano.

A dignidade da pessoa humana, para tais Ministros, é fundamento da liberdade, da justiça e da paz universal, e traduz valores que jamais poderão ser esquecidos ou desrespeitados. Mostra-se tão importante para eles, que chegam a utilizar o argumento de que a Constituição Federal, antes de organizar o Estado, estabelece que o Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito e que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. Neste ponto, utilizam um elemento de ordem para justificar a

relevância do princípio no caso concreto.

Os Ministros preconizam que se deve extrair deste princípio, sua máxima eficácia, por ser um postulado essencial e de limite externo a outros direitos fundamentais, possuindo supremacia axiológica atribuída pela Constituição Federal, por ser um valor-fonte. Tal princípio rege as relações para que seja empregada, sempre, a melhor forma possível de interpretação dos Direitos Humanos.

Este princípio, à vista dos nossos Ministros, prevê que todos são iguais, sem distinção de natureza alguma, e são também iguais em direitos, para que se cumpra o “direito de ter direitos”.

A dignidade da pessoa humana não seria compatível com alguns itens como preconceito, ódio, desrespeito, prática, incitação da prática de atos e sentimentos hostis a grupos identificáveis. Tal princípio torna inadmissível qualquer discriminação seja por motivos de nascimento, seja raça, por motivo de sexo ou crenças.

Caso não haja o respeito necessário à dignidade humana, não haverá liberdade, tolerância e respeito à alteridade humana, sob pena de se instituir, por meio dessa desconsideração da pessoa, um governo totalitário, em que não predomina, ou sequer existe, tal respeito à dignidade.

Se a dignidade da pessoa humana for desrespeitada, há risco de a liberdade, tolerância e respeito à alteridade humana tornarem-se palavras vãs. Neste sentido, fica expresso que se deve cumprir, da melhor forma possível, o conteúdo dos princípios, na interpretação dos Direitos Humanos.

5.3 PONDERAÇÃO E SOLUÇÃO DADA PELOS MINISTROS DO STF

Assim, demonstrados os princípios em choque na decisão em estudo, podemos analisar como cada Ministro realizou a ponderação de valores para chegar à solução justa e correta ao caso.

No presente momento, serão confrontados a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana, a fim de se demonstrar a posição que cada Ministro toma quando enfrenta o tema.

Sendo assim, faremos um resumo dos votos de cada ministro, demons-

trando, em sua essência, o que defenderam em tal julgamento, iniciando-se pela posição vencida, qual seja a de dar deferimento ao *habeas corpus*.²⁴

5.3.1 Moreira Alves

O Ministro não chega a reconhecer o conflito no teor de seu voto, porém deixa transparecer, no momento em que cita jurisprudência estrangeira sobre o assunto, o conflito presente. Ao citar estas decisões, não pretende o Ministro importar para o caso concreto a solução dada no exterior.

Atente-se ao fato de que não haveria razão para o Ministro citar casos em que a liberdade de expressão é confrontada com o princípio da dignidade humana, se o caso em questão nada tivesse a ver com esses direitos.

O teor das decisões por ele citadas são no sentido de prevalência da liberdade de expressão, coerente, portanto, com sua decisão de conceder o *habeas corpus*.

5.3.2 Carlos Ayres Britto

Entende e aceita a contraposição entre os princípios fundamentos da República Federativa do Brasil, constantes do preâmbulo e dos objetivos fundamentais da República.

Afirma que há fórmulas compensatórias de resolução de conflitos e que a ponderação jurisdicional dos interesses em jogo é a mais estratégica de todas elas, uma vez que, através delas, a sociedade retoma seu estado de harmonia.

O ministro Ayres Britto, pretendendo evitar o sacrifício de um dos direitos, prefere dar prevalência à norma-princípio que menor sacrifício impuser aos demais princípios, levando em consideração o preâmbulo da nossa Constituição Federal e os fundamentos e objetivos da Federação Republicana Brasileira.

Acaba por decidir no sentido da prevalência da liberdade de expressão para deferir o *habeas corpus*.

²⁴ Este tópico foi baseado na monografia O conflito entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana no Supremo Tribunal Federal - HC 82.424-2/RS, de Mayra Zago de Faria Custódio Gouveia. Disponível em: < http://www.sbdp.org.br/ver_monografia.php?idMono=34>. Acesso em: 4 out. 2006.

5.3.3 Marco Aurélio

Entende ser profundo, complexo e delicado o problema da colisão entre princípios, no caso a dignidade da pessoa humana e a liberdade de expressão. Cita Robert Alexy, para afirmar que todas as colisões só podem ser superadas se uma restrição ou sacrifício for imposta a um ou aos dois lados.

Este Ministro dá solução ao choque entre princípios, na dimensão do valor da ponderação; pois, segundo ele, os princípios são o Direito em toda sua extensão, substancialidade, plenitude e abrangência.

Deve-se ponderar, no caso concreto para estabelecer qual direito terá primazia sobre o outro; portanto, deve-se aferir se a dignidade do povo judeu está efetivamente correndo perigo e se esta ameaça é grave a ponto de limitar a liberdade de expressão.

Os atos do paciente, segundo Marco Aurélio, não constituem espécie criminosa, uma vez que abarcados pela liberdade de expressão e seu ofício protegido constitucionalmente. Se a concessão da ordem assegurar a liberdade de expressão, assim deve ser decidido, uma vez que a restrição a tal direito não assegurará a dignidade do povo judeu.

Em seguida, passemos às posições dos Ministros que, utilizando-se da ponderação de bens e interesses, solucionaram o embate acirrado entre os dois princípios. Podemos ver esta utilização da ponderação, expressa pelo princípio da proporcionalidade, em excerto do voto do Ministro Gilmar Mendes, que transcrevemos:

Assim, a colisão de direitos fundamentais há de ser solvida caso a caso, mediante a utilização do princípio da proporcionalidade. Foi o que fiz no caso concreto, para concluir que, na hipótese dos autos, prevalece a posição do Estado no sentido de defender os fundamentos da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e do pluralismo políticos (art. 1º, V, CF), o princípio do repúdio ao terrorismo ao racismo que rege o Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, VIII) e a norma constitucional que estabelece ser o racismo um crime imprescritível (art. 5º, XLII).

Em seu voto, afirma que o Comitê Internacional de Direitos Humanos admite interferências justificáveis no direito à liberdade de expressão, espe-

cialmente onde entra a dignidade da pessoa humana, ou seja, a liberdade de expressão é mantida apenas quando não atentar contra a dignidade humana.

Citando jurisprudência internacional, demonstra maior amplitude da liberdade de expressão quando confrontada com apologia aos crimes de guerra. Faz uso dos artigos constitucionais que asseguram a liberdade de imprensa e de expressão, para afirmar que “nenhuma lei conterà dispositivo (...) observado o disposto no artigo 5º, IV, V, X, XI, XIII e XIV”.

Apesar de o constituinte ter conferido proteção à liberdade de expressão e de não se poder negar seu significado para o sistema democrático, essa liberdade não alcança a intolerância racial, não se podendo, pois, sacrificar bens de base constitucional, como a dignidade humana, para dar amplitude à liberdade.

Diz prevalecer a posição do Estado no sentido de defender os fundamentos da dignidade da pessoa humana e que uma utilização da liberdade que negue a dignidade estará excluída da proteção constitucional.

Utilizando a proporcionalidade, afirma a condenação conferida ao réu ser adequada, necessária a atender à proporcionalidade em sentido estrito, sem violar a proporcionalidade. Assim, mantém a condenação do réu, fazendo sobressair, em seu voto, a importância da dignidade do povo judeu.

5.3.4 Celso de Mello

Apesar de o Ministro afirmar que não existe o conflito, suas palavras e justificativas apontam em sentido contrário ao da sua declaração. O Ministro diz que “o caso [...] não traduz, [...] situação de conflituosidade entre direitos básicos”. Porém, no decorrer de seu voto pode-se perceber que ele acaba por aceitar o conflito, na medida em que, afirma que diante dessas situações, deve-se ponderar e avaliar qual princípio que faz parte do conflito deverá preponderar no caso concreto, sem que, por isso, se esvazie o conteúdo essencial dos direitos fundamentais.

Em citação que faz dele próprio, diz não haver direitos ou garantias revestidos de caráter absoluto. Afirma que o regime jurídico das liberdades públicas assegura a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública, ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

Para ele, a liberdade de expressão pode fazer surgir uma situação de tensão entre valores essenciais de igual proteção constitucional. O resultado dessa situação seria a colisão de Direitos em que se deve conferir primazia a um deles.

Para Celso de Mello não seria possível haver conflito neste caso, pois a liberdade de expressão não legitima ofensa à dignidade da pessoa humana. Como se extrai do trecho em que diz:

A prerrogativa concernente à liberdade de manifestação do pensamento, por mais abrangente que deva ser o seu campo de incidência não constitui meio que se possa legitimar a exteriorização de propósitos criminosos especialmente quando [...] evidente superação dos limites da crítica política ou da opinião histórica transgridem de modo inaceitável valores tutelados pela própria ordem constitucional.

A dignidade seria, para ele, um limite externo à liberdade de expressão. Com estas liberdades aparentemente em conflito, a colisão deve ser equacionada através da ponderação de bens e valores.

O Ministro, ao evidenciar datas históricas relacionadas à dignidade da pessoa humana, afirma que, em matérias de direitos humanos, deve-se levar em consideração tanto o direito nacional quanto o estrangeiro. E efetivamente, em seu voto, leva em conta estas duas vertentes para resolver o conflito.

5.3.5 Maurício Corrêa e Nelson Jobim

Tais ministros têm a convicção de que, a fim de que se tutele o direito prevalente, devem-se harmonizar os bens jurídicos em oposição, para que se garanta o verdadeiro significado da norma e a confirmação simétrica da Constituição.

Para eles, se houver conflito, deve-se fazer preponderar o direito da parcela da sociedade atingida pela publicação, sob pena de se pôr em jogo a dignidade dos que estão sob esse risco.

Citam o caso de Gloria Trevi como exemplo de caso em que um princípio prevalece sobre o outro. Nesse caso, ao analisar a possibilidade de autorizar-se o exame de DNA em placenta da parturiente, para fins de investigação de paternidade, determinou-se a realização do ato, uma vez que se entendeu existente a prevalência de um direito fundamental sobre o outro (direito à

intimidade da mulher X direito à honra e imagem de policiais acusados de estupro). Agem também no sentido da jurisprudência simbólica quando afirmam que os direitos fundamentais que se relacionam diretamente com direitos humanos devem prevalecer para que o povo lembre-se de tais decisões.

Através da citação de doutrinadores como Alexandre de Moraes e Canotilho, tentam dar maior abrangência às normas constitucionais que versam sobre garantias e liberdades públicas.

5.3.6 Ministro Nelson Jobim

A questão, portanto, é esta: as opiniões que pretendem produzir o ódio racial contra judeus, contra negros, contra homossexuais, devem, ou não, ser tratadas de forma diferente daquelas opiniões que causam ordinariamente a ofensa ou a raiva? Por óbvio, o ódio racial causa lesão ao objetivo de uma política de igualdade, que é uma política democrática. A igualdade, portanto, é condição para a democracia e o objetivo da liberdade de opinião. As opiniões consubstanciadas no preconceito e no ódio racial não visam contribuir para nenhum debate inerente à deliberações democráticas para o qual surge a liberdade de opinião. Não visam contribuir para nenhuma deliberação, não comunicam idéias que possam instruir o compromisso que preside a deliberação democrática. Os crimes de ódio não têm a intenção de transmitir ou receber comunicação alguma para qualquer tipo de deliberação, O objetivo seguramente é outro. Não está na base o compromisso do deliberar democrático. Quer, isto sim, impor condutas antiigualitárias de extermínio, de ódio e de linchamento; desconhecer o lócus da liberdade de expressão e seu objetivo no processo democrático leva ao desastre; a miopia do fundamentalismo histórico conduz ao absurdo. A liberdade de opinião na democracia é instrumental ao debate e à formação da vontade da maioria com respeito à minoria. A Constituição não legitima a tolerância com aqueles que querem a produção de condutas contrárias ao princípio da igualdade.

5.3.7 Carlos Velloso

Diz haver, no caso em questão um “conflito aparente de direitos fun-

damentais”, que se resolveria pela prevalência do direito que mais realiza o sistema de proteção de direitos e garantias inscritos na Constituição Federal.

Ao afirmar que a dignidade é um limite externo à liberdade de expressão, o faz no sentido de confirmar que a liberdade de expressão não pode se sobrepor à dignidade da pessoa humana. Acusa ainda, neste caso, tal liberdade de se mostrar distorcida e desvirtuada.

Sustenta que a dignidade é um princípio maior e que condutas penalmente típicas jamais podem estar acobertadas pela liberdade de expressão. Desta forma, dá prevalência à dignidade do povo judeu, conferindo-lhe o princípio maior proteção, em detrimento da liberdade do autor ora paciente por entender que seus atos não estão abarcados pela liberdade de expressão e que, ainda que estivessem, a dignidade da pessoa humana (no caso todo o povo judeu) deveria prevalecer.

5.3.8 Cezar Pelluso

Não entra em maiores detalhes, mas em seu sucinto voto passa rapidamente pelo conflito no momento em que afirma que práticas que contrariem a tutela constitucional à dignidade são condutas típicas, e todas deste tipo transporiam a proteção conferida à liberdade de expressão.

Portanto, se não está abarcado tal ato pela liberdade de expressão, o princípio da dignidade da pessoa humana é válido em sua íntegra, o que o leva a votar pela não concessão do habeas corpus.

Desta feita, tendo em vista todo o arrazoado, a decisão do Supremo Tribunal foi pela não concessão do *habeas corpus*, por entender que, nesse caso, feita a ponderação de bens e princípios, a dignidade da pessoa humana prevaleceu.

6 CONCLUSÃO

De todo o exposto, podemos dizer que os direitos fundamentais são construções normativas constitucionais, fundamentadas, em última análise, no princípio da dignidade da pessoa humana, e possuindo sua efetivação assegurada pelo Estado.

Conforme a doutrina constitucional hodierna, os direitos fundamentais podem ser divididos em dimensões, que correspondem aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade consagrados pela Revolução Francesa. Assim, pode-se afirmar que cada dimensão dos direitos fundamentais traduz o resultado de reivindicações concretas decorridas por situações de violação ou ameaça a bens elementares do ser humano, em um dado momento histórico.

A interpretação constitucional dos direitos fundamentais, por sua vez, assenta em um modelo de princípios aplicáveis mediante ponderação, cabendo ao intérprete realizar escolhas fundamentadas dentro das possibilidades e limites oferecidos pelo sistema jurídico, visando à justa solução do caso concreto.

Nessa esteira, dado que os direitos fundamentais não são absolutos, e tendo em vista que podem ser limitados pelo exercício de outro direito fundamental, pode ocorrer a colisão entre tais direitos, o que se dá quando o exercício de um direito fundamental, por parte do seu titular, colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular.

Assim, caso haja colisão de princípios fundamentais consubstanciados em nossa Constituição, o que se dá em plano axiológico, não pode haver preponderância de um sobre o outro, mas sim a ponderação dos interesses jurídicos em conflito no intuito de harmonizá-los, para, então, alcançar solução, sendo garantida a menor constrição possível.

Para realizar tal harmonização de forma a solucionar o conflito, podemos dizer que a técnica da ponderação de bens, “atribui especial relevância às dimensões fáticas do problema”, pressupondo uma coordenação e conjugação dos bens jurídicos conflitantes ou concorrentes, de forma a concatená-los nas circunstâncias da situação material, em ordem a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.

Finalmente, no que tange ao *habeas corpus* aqui analisado, importante salientar que o mesmo foi indeferido pelo STF, por maioria de votos, tendo três ministros votados pela sua procedência.

O estudo desse caso é importante, uma vez que, nele, é possível ver-se utilizada a hermenêutica constitucional proposta por Alexy, Dworkin, dentre outros constitucionalistas, quando da ocorrência de conflito entre princípios, tanto no sentido da prevalência da dignidade da pessoa humana, quanto por outro lado, pela prevalência do direito de opinião.

Através do material selecionado e analisado, pudemos ver que os Ministros que deferem o habeas corpus dão realmente grande importância ao direito assecuratório da liberdade de expressão. Não que estes não se importem com a dignidade da pessoa humana, que, no caso, se revela ser a de todo o povo judeu, mas simplesmente eles têm a convicção de que a ofensa à dignidade é um risco que decorre da abrangência da liberdade.

Ao mesmo tempo, os ministros que justificam o indeferimento, com base na dignidade, acabam por se valer de argumentos históricos e emocionais, fazendo, por vezes, menção ao sofrimento por que os judeus já passaram, e a que a humanidade não poderia esquecer, perdoar ou negar as atrocidades havidas no passado.

Embora tenham posições divergentes, pela análise do acórdão, podemos perceber que não há significativas discrepâncias quanto à definição pelos Ministros dada aos dois princípios, distinguindo-se, apenas, quanto ao peso que cada um dá a cada princípio no caso concreto.

A proporcionalidade, como princípio constitucional instrumental ou informativo, é utilizada no sentido de verificar se esta foi respeitada quando se enquadraram as manifestações do paciente à terminologia do racismo, nas instâncias inferiores. Chegando a analisar as três máximas da proporcionalidade, percebe-se que haveria numerosos outros bens jurídicos sendo sacrificados, caso prevalecesse a liberdade de expressão. O Ministro Gilmar Ferreira Mendes, por exemplo, relembra que esta não possui caráter absoluto, e conclui que a condenação imposta ao réu não desobedece à proporcionalidade, e que, portanto, deve ser mantida para assegurar a dignidade judaica.

Como atrás se asseverou, ao delinearem o âmbito conceitual dos princípios, os Ministros convergem de certo modo, ressalvado o caráter absoluto atribuído à liberdade de expressão pelos que deferem a ordem, pelo que fica evidente a maior disparidade entre o peso atribuído aos princípios, no momento do embate entre eles, do que na definição atribuída a cada um.

Não obstante as críticas ao referido acórdão, podemos tirar como lição, de todo o estudo realizado pelos Ministros nessa decisão, que a ponderação de princípios não é tarefa fácil, que exige que o intérprete se dedique, de fato, sobre o caso, a fim de solucioná-lo, com vistas, sobretudo, a alcançar a justiça e a equidade.

Em suma, embora seja uma árdua tarefa a busca da solução e do deslinde do caso difícil, a tarefa é possível, e deve ser buscada e travada até suas últimas conseqüências, de modo a sempre legitimar os princípios delineados na Constituição Federal, pois toda tentativa de privilegiar os direitos fundamentais e a ordem constitucional material, como um todo, é da maior valia. E é esse o maior objetivo a ser perscrutado pelo aplicador.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoría de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez e escolha**: em busca de critérios para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**. São Paulo: Malheiros: 2006.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **A Nova Interpretação Constitucional**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003.

_____. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

CAMARGO, Sérgio Alexandre Cunha. **A Legitimação Pragmática**: Os Princípios Vazios da Igualdade, Ponderação e Razoabilidade. Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/revista/coluna.jsp?idColuna=442>>. Acesso em: 04 out. 2006.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos à Sério**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____. **Uma Questão de Princípio**. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERREIRA, Pinto. **Comentários à Constituição Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989. v. 1.

GOUVEIA, Mayra Zago de Faria Custódio. **O conflito entre a liberdade de expressão e a dignidade da pessoa humana no Supremo Tribunal Federal**. HC 82.424-2/RS. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/ver_monografia.php?idMono=34>. Acesso em: 04 out. 2006.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. t. 4.

PAUL, Ana Carolina Lobo Gluck. **Colisão entre Direitos Fundamentais**. Disponível em: <<http://www.jusnavigandi.com.br>>. Acesso em: 5 out. 2006.

ROLIM, Luciano Sampaio Gomes. **Colisão de direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade**. Disponível em: <<http://www.jusnavigandi.com.br>>. Acesso em: 4 out. 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 4. ed. ver. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARMENTO, Daniel. **A ponderação de interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma Nova Crítica do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

TORRES, Ricardo Lobo (org). **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

Correspondência | Correspondence:

Karoline Lins Câmara Marinho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, CEP 59.072-970. Natal, RN, Brasil.

Fone: (84) 3215-3487.

Email: karolmarinho@yahoo.com.br